Dicionário Prático de Provérbios Portugueses: objectivos e metodologia

Gabriela e Matthias FUNK
Universidade dos Açores (Portugal)
funk@notes.uac.pt

Recibido: 12-01-2009
Aceptado: 20-01-2009

Título: **«*Dicionário Prático de Provérbios Portugueses*: objetivos y metodología»**
Resumen: En trabajos anteriores (Gabriela et Matthias Funk, *Pérolas da Sabedoria Popular Portuguesa – Provérbios de S. Miguel*, 2001a; *Pérolas da Sabedoria Popular Portuguesa – Provérbios e emigração*, 2001b; *Pérolas da Sabedoria Popular Portuguesa – Os provérbios das Ilhas do Grupo Central dos Açores*, 2002), hemos seleccionado 1524 refranes con una tasa de conocimiento superior al 45% en el archipiélago de las Azores. Existe, por consiguiente, una base científica que nos permite designar los ejemplares seleccionados como refranes (regionales). Para completar este estudio en lo que se refiere al aspecto coincidente de los textos proverbiales, elegimos, en los medios de comunicación, las aplicaciones de refranes con el objetivo de inferir, de una forma más objetiva, en la pragmática y en la semántica de éstos, por un lado, y, por otro, en abordar la cuestión del uso proverbial con una metodología centrada en el criterio de la frecuencia. De esta forma, es posible aumentar el abanico de unidades relevantes en el ámbito de la Paremiología Portuguesa.
Palabras clave: Paremiología. Refrán. Portugués.

Titre: « *Dicionário Prático de Provérbios Portugueses*: objectifs et méthodologie »
Résumé : Dans des études précédentes (Gabriela et Matthias Funk, *Pérolas da Sabedoria Popular Portuguesa – Provérbios de S. Miguel*, 2001a; *Pérolas da Sabedoria Popular Portuguesa – Provérbios e emigração*, 2001b; *Pérolas da Sabedoria Popular Portuguesa – Os provérbios das Ilhas do Grupo Central dos Açores*, 2002), nous avons sélectionné 1524 proverbes avec un taux de connaissance supérieur à 45% dans l'archipel des Açores. Il existe, par conséquent, une base scientifique qui nous permet de désigner les spécimens choisis comme proverbes (régionaux). Pour compléter cette étude en ce qui concerne l'aspect de l'occurrence des textes proverbiaux, nous avons choisi, dans les médias, les applications de proverbes afin d'en déduire, dune manière plus objective, la pragmatique et la sémantique de ces derniers, d'une part, et d'autre part, d'en aborder la question de l'utilisation proverbiale avec une méthodologie centrée sur le critère de la fréquence. Ainsi, il est possible d'augmenter l'éventail des unités pertinentes au sein de la Parémiologie Portugaise.
Mots-clé: Parémiologie. Proverbe. Portuguais.

Title: «*Dicionário Prático de Provérbios Portugueses*: aims and methodology»
Abstract: In others works Gabriela et Matthias Funk, *Pérolas da Sabedoria Popular Portuguesa – Provérbios de S. Miguel*, 2001a; *Pérolas da Sabedoria Popular Portuguesa – Provérbios e emigração*, 2001b; *Pérolas da Sabedoria Popular Portuguesa – Os provérbios das Ilhas do Grupo Central dos Açores*, 2002), we have selected 1524 proverbs with a knowledge rate superior to 45% in the Archipelago of the Azores. Therefore, there is a scientific basis which allows us to designate the selected examples as (regional) proverbs. To complement this study, when it comes to the aspect of the occurrence of proverbial texts, we chose applications of proverbs, from the mass media, on the one hand, with the goal of inferring its pragmatics and semantics, in a more objective way, and, on the other hand, to approach the issue of proverbial usage with a methodology focused on the frequency criterion. By doing this, it is possible to increase the number of relevant units in the field of Portuguese Paremiology.
Keywords: Paremiology. Proverb. Portuguese.

Apresentaremos, neste artigo, dois aspectos da caracterização do conceito proverbial que, nos Adagiários, normalmente não são tidos em conta dada a inexistência de estudos suficientes sobre o conhecimento e uso dos provérbios numa determinada sociedade.

Em Funk & Funk (2001a, 2001b, 2002), foram seleccionados, de acordo com uma vasta sondagem efectuada num *corpus* de cerca de 25.000 exemplares extraídos dos mais importantes adagiários portugueses, 1524 provérbios com uma taxa de conhecimento superior a 45% numa das seis maiores ilhas do Arquipélago dos Açores ou em umas das duas zonas de concentração de emigrantes açorianos nos EUA. Existe, por conseguinte, uma base científica que nos permite designar os exemplares seleccionados como provérbios (pelo menos, a nível regional). Para complementar este estudo no que se refere ao aspecto da ocorrência dos textos proverbiais, selecionámos, nos *mass media*, aplicações de provérbios com o objectivo de inferir, de uma forma mais objectiva, a pragmática e semântica dos mesmos, por um lado, e, por outro, abordar a questão do uso proverbial com uma metodologia centrada no critério da frequência. Desta forma, é possível aumentar o leque de unidades relevantes no âmbito de Paremiologia Portuguesa.

1. O QUE É UM PROVÉRBIO?

Em geral, salienta-se o aspecto de os provérbios representarem uma matriz conceptual dos diversos esquemas de pensamento do povo português. Parece promissor estudar os Adagiários para adquirir um conhecimento básico das correntes de pensamento colectivo. Não obstante, temos de ter em conta que as colectâneas normalmente não dispõem de uma base rigorosa de selecção. Se queremos obter um adagiário que possa servir como fonte para uma tal caracterização, temos de partir então de uma delimitação concisa de conceito proverbial. Os aspectos mais facilmente verificáveis são do foro linguístico, ou seja, prendem-se com o critério de texto mínimo, que condensa algumas das mais importantes características estruturais do provérbio:

a) formado por várias palavras;
b) geralmente realizado por uma frase (ou como texto);
c) proposição autónoma;
d) brevidade;
e) independente do contexto (ausência de uma referência explícita ao contexto).

Segundo K.D. Pilz (1981), é o *carácter de frase* que distingue fundamentalmente o provérbio da expressão idiomática. Embora esta partilhe com o provérbio o estatuto de *combinação fixa de palavras*, não apresenta a autonomia sintáctica e semântica do enunciado proverbial, como no exemplo seguinte:

- Quem se fia em sapatos de defunto anda toda a vida descalço.[1]
- fiar-se em sapatos de defunto

Neste caso, há um provérbio e uma expressão idiomática correspondente, que não constitui isoladamente uma proposição autónoma. Podemos, assim, conceber o provérbio como uma proposição (complexa) independente do contexto. Convém precisar o critério da autonomia em termos de independência contextual. Essa proposição nem sempre corresponde ao sentido

[1] Cf. Armando Côrtes-Rodrigues (1982, 2º Volume, p. 174).

denotativo do provérbio, uma vez que é, com frequência, marcada pelo emprego paremiológico tradicional.

Enquanto frase, o provérbio não se caracteriza necessariamente pela sua brevidade. Se o definirmos, porém, como texto peculiar, teremos de aceitar o referido critério como uma propriedade definitória essencial.

A noção de uma proposição interpretável independentemente do contexto conduz, inevitavelmente, à caracterização do provérbio como *texto*. O traço "curto e marcante", apresentado por Wolfgang Mieder, permite-nos ainda definir o provérbio como um *texto mínimo*[2]. Para classificar o provérbio, é, pois, necessário ultrapassar os limites da frase.

Se caracterizarmos o provérbio como um texto mínimo, cabe-nos, no entanto, observar que, embora este veicule uma proposição interpretável independentemente do contexto, esse enunciado não é empregue sem um contexto de referência[3], geralmente representado por um texto[4]. Assim, o facto de o provérbio pressupor um contexto, sem, porém, estabelecer com ele uma relação explícita, constitui, igualmente, uma característica do texto proverbial.

O uso sistemático destes critérios estruturais levaram-nos a eliminar cerca de 10% das entradas do *corpus* analisado em Funk & Funk (2001a, 2001b e 2002). Restaram, desta forma, mais de 22.000 potenciais provérbios, que careciam, no entanto, de verificação a nível dos critérios determinantes para o estatuto pretendido e que se prendem com o aspecto da tradição e transmissão de cada um dos elementos deste género da Literatura Oral, nomeadamente

1) ser conhecido geralmente como provérbio;
2) possuir uma forma canónica;
3) ser usado com frequência;
4) irrelevância do autor;
5) prioridade do significado cultural;
6) ser empregue num contexto.

Os critérios apontados, com excepção dos dois primeiros, só podem ser verificados a partir de uma colectânea de contextos para cada exemplar. No próximo parágrafo, teremos em conta: a) o processo de verificação dos primeiros dois critérios através de uma sondagem, b) a metodologia adoptada, no que diz respeito aos falantes portugueses residentes nas ilhas dos Açores e nas zonas da emigração açoriana nos EUA. Os resultados obtidos estão patentes em Funk & Funk (2001a, 2001b e 2002).

2. A QUESTÃO DA CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROVÉRBIO

Os dados apresentados em Funk & Funk (2001a, 2001b e 2002) só reflectem a componente passiva do repertório, pois não há a garantia de que os que o conhecem o saibam também aplicar por falta de competência quer semântica quer pragmática. Temos o caso do exemplar “Dar e ter que é viagem da Índia.”. Se bem que alguns inquiridos da Ilha do Pico ainda o recordem, desconhecem, no entanto, o seu significado, o que inibe a sua reprodução (cf. critério 6). Para

[2] Cf. Jürgen Schmidt-Radefeld (1984: 213): «São textos mínimos que se podem apresentar descontextualizados, reunidos em dicionários de provérbios».

[3] Normalmente um provérbio só é usado sem um contexto de referência num adagiário, se bem que este possa ser perfeitamente considerado como tal.

[4] «Le proverbe est phrase, et, même toute faite, le séparer de son emploi est aller à contre-proverbe, à contre langue» (Meschonnic, 1976: 426/7). S. Singer (1947, Vol. III, p. 145) formula o mesmo de uma forma mais rigorosa: «Erst in der Verwendung lebt das Sprichwort, in der Sammlung ist es tot» [Só no emprego é que o provérbio vive, nos Adagiários ele está morto].

comprovar a vitalidade de um provérbio, necessitamos de exemplos de aplicação genuínos. Só assim se pode verificar: a) se o mesmo é actualmente usado com frequência (cf. critério 3), b) se já não há referência ao autor (cf. critério 4) e, finalmente, c) se o significado cultural[5] se sobrepõe ao significado literal (cf. critério 5).

Discutiremos, em primeiro lugar, o significado cultural do provérbio "Olho por olho[, dente por dente].", recorrendo a duas contextualizações bíblicas. No 2º Livro de Moisés, 21,24, este provérbio tinha o estatuto de lei divina até ser refutado por Jesus, da seguinte forma (Mateus 5,38): "Ouviste que foi dito: Olho por olho e dente por dente. "Eu digo-vos: Não oponhais resistência ao mau; se alguém te bater na face direita, oferece-lhe também a outra."

Perante estas duas importantes fontes culturais contraditórias, não se pode prever até que ponto o provérbio legitima a vingança, sem o conhecimento das aplicações actuais do mesmo:

233- Provérbio: **Olho por olho, dente por dente.**

1º Contexto: "Uma execução polémica nos EUA", por Manuel Calado, AE, 18/6/2001, p. 21.

> *Olho por olho, dente por dente*. Era assim que se dizia nos tempos bíblicos. E é esta a regra que ainda comanda os instintos nas terras bíblicas do Oriente Médio, onde nasceram os mandamentos que nos regem.
> Thimothy McVeigh foi executado em Terre Haute, no estado de Indiana. O antigo medalhado da Guerra do Vietname, a quem a nossa máquina militar industriou na arte de matar em muitos casos pessoas inocentes, nos arrozais do sueste asiático, viu chegada a sua última hora. O acto monstruoso que ele praticou, ao provocar a morte de 168 pessoas inocentes, terá tido naquela manhã o desfecho que a lei do país preconiza para os assassinos e os terroristas [...].
> Quanto ao acto de assistir à execução de McVeigh, não posso deixar de comparar às execuções públicas do tempo da Santa Inquisição. É provável que os familiares de algumas das vítimas se sentissem realizados e satisfeitos com este acto de vingança, e possam sentir-se em paz com as suas consciências, correspondendo ao apelo bíblico de *olho por olho, dente por dente* [...]. E parece-me também que a América pouco deve ter ganho com este espectáculo medieval. Para a maior parte dos países civilizados, a pena de morte é uma concepção ultrapassada. Nos Estados onde a pena de morte é lei, a taxa de crime não é menor do que naqueles onde ela não existe. Esta concepção de *olho por olho, dente por dente* é o que está evitando a paz entre árabes e judeus. E este regresso aos tempos da Inquisição, do pioneirismo e dos enforcamentos do Ku Klux Klan, também não abona os créditos de justiça da mais forte e mais rica nação do mundo.

2º Contexto: "Militares portugueses «fazem a diferença» no Kosovo", por João Paz, AO, 9/11/2000, p. 5.

> A solidariedade surge sempre depois, mas o objectivo primeiro dos portugueses em Klina é desarmar os kosovares e ajudar na criação de uma sociedade sã que venha reger-se pela lei [...].
> No protectorado da Aliança Atlântica domina ainda, em certas regiões, a «lei do mais forte», onde o «*olho por olho, dente por dente*» continua a sobrepor-se a um sistema judicial que não conseguiu até agora credibilizar-se juntos das populações kosovares [...].

3º Contexto: "*Olho por olho* reina entre palestinianos e israelitas", por Jacques Pinto, AO, 1/8/2001, p. 18.

> Israel atacou um quartel da polícia palestiniana para vingar o ataque palestiniano a um colonato [...].

[5] Deduz-se este significado a partir da totalidade das aplicações do respectivo provérbio.

4º Contexto: «Eu vou estar à espera dele», por João Paz, AO, 31/5/2000, p. 12.

> A família de Ana Sofia ainda não está recomposta. O pai, António Manuel, um operário da construção civil que ganha 72 contos por mês, está decidido a usar a lei de Talião: «*olho por olho, dente por dente*». A mãe, Nélia, vive atormentada com o facto de estar vivo o homem que lhe «desgraçou a vida». A irmã gémea não quer ir à escola – o perfil de uma família destruída.

5º Contexto: Telenovela brasileira "Pedra sobre pedra", RTP-Açores.

> Padre: Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para falar com vocês sobre uma antiga lei dos homens, que infelizmente até hoje ainda é praticada. Quantas vezes, quando nós estamos com raiva de alguém, não ouvimos: vai, se vingue, a vida é assim: *olho por olho, dente por dente*, mas eu gostaria de lembrar o que disse Jesus, "Não resista contra a maldade, ao contrário, se lhe ferirem a face direita oferece a outra". Se você ama apenas aqueles que o amam, que merecimento há nisso? Fazer o bem a quem só lhe faz bem, isso até os pecadores fazem. É mais fácil você amar o teu próximo e odiar o inimigo. Mas Jesus disse: "Ama o teu inimigo, faz o bem a quem te odeia, abençoa quem o amaldiçoa, reze por aqueles que o perseguem e lhe caluniam, não julgue e não serás julgado, não condene e não serás condenado, perdoa e serás perdoad".

A diversidade dos contextos demonstra a vitalidade e o uso corrente do provérbio em questão. Apesar de os exemplos revelarem uma clara percepção da sua origem bíblica, não identificam explicitamente Moisés ou Jesus como autor. De acordo com estas fontes, presume-se que, em geral, não se invoca um autor específico.

Se confrontarmos a importância de Jesus com a de Moisés, somos levados a crer que o conselho do primeiro terá mais influência nas culturas ocidentais. No entanto, só num dos cinco contextos, o enunciador – um padre católico – partilha inteiramente a posição de Jesus Cristo.

Nos restantes quatro textos, o provérbio em si não funciona como julgamento moral, mas como descrição de uma situação caracterizada pelo princípio de Talião. O autor fica-se pela descrição apenas no terceiro contexto; no primeiro, segundo e quarto contextos, distancia- -se, de uma forma mais ou menos clara, dos utilizadores deste conceito. Ainda que esse distanciamento não seja tão frontal como o de Jesus, sente-se, não obstante, a Sua influência. Podemos, então, afirmar que esta lei do Velho Testamento não é consensual no mundo cristão, se bem que subsista como padrão descritivo do acto de vingança, do qual um autor sensato normalmente se distancia. Estes textos confirmam, assim, a nossa percepção do significado cultural do provérbio em análise.

3. INTUIÇÃO VERSUS APLICAÇÃO

Mas o que acontece se a nossa intuição sobre um texto proverbial não é confirmada e se nos deparam utilizações subversivas ou até, na nossa perspectiva, falsas, como veremos nas aplicações seguintes do provérbio "Não há duas sem três."?

187- Provérbio: **Não há duas sem três**.

1º Contexto: "*Não há duas sem três*", por João Moniz, CA, 30/8/2002, p. 2.

> Derrota por 4-1 e empate a zero bolas. O saldo do Santa Clara nas duas deslocações oficiais ao Estádio José Alvalade, em Lisboa. O terceiro confronto com o Sporting, para a I Liga Profissional de Futebol, segunda jornada, é domingo. E para completar o trio de resultados possíveis em futebol falta... a vitória!
> Manuel Fernandes não descarta esta hipótese e, claro, já mentalizou os seus jogadores de que é possível ganhar ao clube do 'coração'. Em ordem ao dito popular, «*não há duas sem três*» [...].

2º Contexto: "Uma viragem de grande relevo para os Açores", por Cristina Sampaio, AE, 18/3/2002, p. 3.

> O Partido Social Democrata (PSD) venceu ontem as eleições nos Açores, com uma margem de aproximadamente dois por cento face ao Partido Socialista elegendo, desta forma, três deputados para a Assembleia da República, contra dois socialistas. Uma vitória que Victor Cruz, presidente do PSD/Açores considerou 'histórica' perante o actual cenário político do país e da Região [...].
> E como "*não há duas sem três*", Victor Cruz garantiu que tudo fará para que em 2004, data das próximas eleições regionais, a vitória seja também do PSD [...].

3º Contexto: "*Não há duas sem três*", por João Moniz, CA, 7/4/2002, p. 2.

> Hoje, pelas 15h00, no Campo Municipal João Gualberto Borges Arruda, na Lagoa, o Operário é visitado pelo Marítimo B, em partida relativa à 30ª jornada da Zona Sul do Campeonato Nacional de Futebol da III Divisão 'B'.
> Como *não há duas sem três*, os pupilos de Filipe Moreira pensam, única e exclusivamente, em somar mais três pontos rumo à estabilidade necessária no campeonato [...].

4º Contexto: "*Não há dois sem três*", por João Neves, AO, 23/6/2003, p. 11.

> Pela primeira vez na História de Portugal temos dois Ministérios da Educação [...]. No entanto, a contradição dentro do mesmo Governo na mesma área não deixa de criar problemas. Há, porém, uma forma excelente de não só eliminar a dificuldade, mas de fazer ainda mais lugares para professores. Criar um terceiro Ministério da Educação.

5º Contexto: "*Não há duas sem três*", por João Moniz, CA, 20/1/2002, p. 3.

> Rui Gil e Toni são as baixas, por lesão, do Lusitânia para o embate de hoje, no Estádio Pina Manique, frente ao Casa Pia, referente à 18ª jornada do campeonato [...].
> Rui Vieira, na abordagem previsiva ao encontro, adiantou que o Lusitânia «vai tentar aproveitar o ascendente positivo na prova, a fim de o clube conseguir dar sequência aos dois jogos que, confesso, foram muito bons para o Lusitânia. As duas vitórias alcançadas colocaram a equipa numa posição confortável na tabela classificativa. Vamos ver se conseguimos cimentar ou subir mais alguns lugares na classificação [...].

Em quatro dos cinco exemplos, o provérbio ocorre no título do artigo, sendo em dois casos citado também no texto. Mas só o quarto (de uma forma cómica) e o último contexto correspondem à nossa interpretação do provérbio, a saber, se algo acontece duas vezes, também ocorrerá uma terceira vez[6]. Enquanto no primeiro contexto se apresenta um conceito totalmente distinto quando se afirma que não é a igualdade dos objectos, mas a sua divergência que justifica a vitória prevista, nos restantes dois exemplos, o autor utiliza a mera ocorrência do número 3 para justificar a utilização do provérbio. Nestes casos, o texto proverbial é instrumentalizado com o propósito de confirmar um prognóstico vago.

Na verdade, este provérbio vive da mística dos números para justificar uma eventual fatalidade. Daí que qualquer estratégia rebuscada de apelar a um destino desejado sirva e não compete a nós codificar uma forma mais adequada de um provérbio que, à partida, não é convincente.

Quando o texto proverbial tem um fundamento credível, caberá ao utilizador definir o seu âmbito de aplicação. Dado que numa sociedade os limites individuais de um provérbio não são idênticos, cada ouvinte decidirá se o emprego do mesmo é bom ou mau. Poderá, no entanto, um

[6] Tal como no processo indutivo, o provérbio prevê que a terceira ocorrência é desta vez.

investigador deixar prevalecer a sua interpretação, caso a maioria dos contextos não corroborem o seu ponto de vista?

Primeiramente, deve observar-se que o número de aplicações registado não é suficiente para contrariar qualquer intuição. Se esse número for realmente substancial, temos de decidir se a função do cientista é descritiva ou normativa, aliás uma temática subjacente ao actual debate sobre a TLEBS (Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário).

A longo prazo, uma posição normativa descontextualizada do uso não é aceitável. Temos, pois, de resistir a uma tendência na cultura popular de valorizar apenas o aspecto tradicional, condenando novas correntes, dado que estas são exactamente o elo decisivo de ligação do passado com o futuro [cf. Funk & Funk (2006b)].

Nesta perspectiva, admitimos na nossa colectânea também usos não convencionais do provérbio, desde que seja visível um mínimo de ligação contextual. Apresentamos os contextos resumidos e subordinados à forma canónica do provérbio, como se pode ver nos exemplos já citados.

Esperamos dar, assim, uma panorâmica geral do uso contemporâneo do provérbio. Não fazemos nenhuma afirmação normativa sobre o uso, na convicção de que os textos seriam instrumento suficiente para o leitor tirar as suas conclusões.

Vejamos agora a utilização do provérbio "A Deus o que é de Deus e a César o que é de César.", que ocorre sob três formas distintas. Resta saber se estas correspondem ao mesmo provérbio.

4- Provérbio: **A César o que é de César, a Deus o que é de Deus.**

1º Contexto: "E a vida continua...", por Zuraida Soares, AO, 23/10/00, última página.

> A maioria absolutíssima de mandatos conquistada pelo PS é passível de várias leituras: o trauma de vinte anos de governação social-democrata, a acção 'inteligente' do último Governo Regional e a 'ajuda' dada por uma oposição parlamentar incapaz de pôr os reais problemas dos Açores à frente dos seus interesses partidários e dos seus jogos de bastidores. Contudo, e ao contrário do que afirma Carlos César, os 30 deputados socialistas que se vão sentar na Assembleia Regional não podem ser 'uma maioria parlamentar de apoio ao Governo', sob pena de transformar o Parlamento açoriano numa mera caixa de ressonância das iniciativas governamentais. Quem quer que sejam, estão lá para defenderem os interesses das pessoas acima das instruções do seu partido, têm o dever jurídico de fiscalizar a acção do Governo e contribuir para que se legisle com justiça e transparência. Na presente conjuntura parlamentar, têm ainda a responsabilidade redobrada de responderem, no geral, pelo tipo de política, prioridades e resoluções do actual Governo, já que, a partir de agora, para o mal e para o bem, *a César o que é de César*.

2º Contexto: "Mordomos de 2000 querem a devolução do dinheiro dos abates", por Rui Cabral, AO, 22/6/01, p.8.

> O Império da Santíssima Trindade das Feteiras está empenhado em juntar o maior número possível de mordomos do Espírito Santo, que tenham exercido essa função no ano de 2000, isto porque consideram que foram lesados em relação aos deste ano, ao terem pago "milhares de contos" em taxas de matadouro, que este ano foram abolidas por portaria da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas [...]. Por isso, querem ver devolvido "*a César o que é de César*" [...].

3º Contexto: "(*A Deus o que é de Deus*)", por Daniel de Sá, CA, 24/5/01, p. 9.

> [...] A imagem do Senhor Santo Cristo é um dos aspectos materiais, ou materializados, da fé de muita gente. Ao longo dos séculos, foi-se acumulando em sua honra um tesouro de enorme valor como resultado do culto que lhe tem sido prestado. Gente que entendeu que assim cumpria uma

> das obrigações do cristianismo, que é honrar Deus. Aquelas jóias pertencem, pois, a Deus, porque Lhe foram oferecidas, à semelhança dos animais sacrificados no altar do Templo de Jerusalém [...]. Será lícito mudar a intenção de quantos destinaram a Cristo, na figura de uma imagem Sua, parte da riqueza que possuíam? Será eticamente aceitável, por exemplo, vender o anel, que simbolizou a fidelidade entre Manuela Eanes e Ramalho Eanes, que ela ofereceu como prova da sua lealdade a Cristo?
> Pertence a Deus julgar a bondade das intenções humanas. Bem ou mal, o tesouro do Santo Cristo foi destinado ao espólio da Sua imagem do convento da Esperança. E ao santuário competirá respeitar a vontade de todos, vivos ou mortos, com o escrúpulo de quem cumpre um testamento.

4º Contexto: "*A César o que é de César*", por Paulo Gusmão, AO, 21/2/01

> [...] Quem acreditou que o PS fosse continuar a "obra feita" de aumentar pensões e reduzir impostos tem em Dezembro uma boa oportunidade para tirar força a quem não a merece.
> Até às autárquicas muita coisa há a explicar ao povo...
> Se alguém na rua perguntar se é legítimo que os mais velhos tenham rendimentos vergonhosos acrescidos de custos de insularidade, a resposta quis o destino e a maioria absoluta que se reduzisse a um *A César o que é de César*.

5º Contexto: "Recados com Amor", por Maria Corisca, CA, 30/1/00, p. 2.

> Meu querido D. António! Tenho rogado raios e coriscos cada vez que as suas vestes reverendíssimas se misturam com os fatos cinzentos do poder. Coisas de uma mulher de idade avançada, dirá Vossa Excelência Reverendíssima. Mas que quer que eu faça? Aprendi no velho catecismo a máxima evangélica "*a Deus o que é de Deus e a César o que é de César*". Veio o rico e misturou tudo. Nunca vi tamanha confusão de narizes. O presidente laico e republicano fê-lo assinar protocolos sobre o altar sagrado, para recuperar uns telhados e meia dúzia de campanários. Agora, pouco depois do domingo do Bom Pastor, eis que vossa excelência reverendíssima se dispõe a imolar uns borregos, paredes meias com a antiga morgue, juntamente com César e Lopes. Caramba, cheira-me à "antiga aliança", e apesar de Santa Maria ser a sua terra natal não se justifica tamanho sacrifício.

Ao proferir esta máxima (Mateus 22,21), a figura central do Cristianismo defende a separação entre o Estado e a Igreja. Fá-lo de uma forma indirecta ao afirmar, na perspectiva quer do poder político quer do poder espiritual, que cada um reclama o seu próprio campo. Nos Açores, o nome próprio do actual Presidente do Governo Regional é idêntico ao título do Imperador Romano, o que tem provocado um uso mais frequente do provérbio em discussão.

Só no último contexto se utiliza a dupla imagem original ao exigir-se a desagregação dos diferentes poderes. Os outros autores não referem este aspecto, optando pela afirmação do alcance do poder ou político ou religioso.

Hoje em dia, a mensagem original é posta de lado e, normalmente, só os interesses particulares são invocados. Assim, temos de questionar se a redução formal de "A César o que é de César, a Deus o que é de Deus." para "A César o que é de César." também coincide com a evolução de uma forma original – que, num estado laico, pouca utilidade terá – no sentido de um novo provérbio que defende ou descreve a autoridade do poder político. Nesta circunstância, pode surgir uma defesa simétrica do poder espiritual, como acontece no terceiro contexto. Seriam, no entanto, necessários mais exemplos para fundamentar a percepção da transformação do provérbio original. No momento, registamos simplesmente a polissemia do provérbio e estaremos atentos a mais sinais da referida dissociação.

Com a colectânea nos moldes atrás apresentados, cremos poder proporcionar ao leitor um espaço amplo de reflexão sobre a semântica e a pragmática do provérbio, como acabámos de demonstrar.

BIBLIOGRAFIA

Bíblia Sagrada. Lisboa: Difusão Bíblica, 1971, 4ª edição.

CHLOSTA, C.; GRZYBEK, P.; ROOS, U. (1994): «Wer kennt denn heute noch den Simrock? Ergebnisse einer empirischen Untersuchung zur Bekanntheit deutscher Sprichwörter in traditionellen Sammlungen», *Studien zur Phraseologie und Parömiologie*. Bochum, pp. 31-60.

CÔRTES-RODRIGUES, A. (1982): *Adagiário Popular Açoriano*. Antília, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 2 volumes.

DAWKINS, R. (1989): *O gene egoísta*. Lisboa: Gravida Editora.

FUNK, G.; FUNK, M. (2001a): *Pérolas da Sabedoria Popular Portuguesa – Provérbios de S. Miguel*. Lisboa: Edições Salamandra.

FUNK, G.; FUNK, M. (2001b): *Pérolas da Sabedoria Popular Portuguesa – Provérbios e emigração (EUA)*. Lisboa: Edições Salamandra.

FUNK, G.; FUNK, M. (2002): *Pérolas da Sabedoria Popular Portuguesa – Os provérbios das Ilhas do Grupo Central dos Açores (Faial, Graciosa, Pico. São Jorge e Terceira)*. Lisboa: Edições Salamandra.

FUNK, G.; FUNK, M. (2006a): "Mudam-se os tempos mudam-se os pensamentos ... e os provérbios?", in (Gabriela Funk (Org.), *Estudos sobre Cultura Popular em Homenagem ao Prof. Doutor José de Almeida Pavão*. Ponta Delgada: Câmara Municipal de Ponta Delgada.

FUNK, G.; FUNK, M. (2006b): *Dicionário Prático de Provérbios Portugueses*. Chamusca (no prelo): Edições Cosmos.

GRZYBEK, P. (1991) : «Sinkendes Kulturgut? Eine empirische Pilotstudie zur Bekanntheit deutscher Sprichwörter», *Wirkendes Wort*, 2: 239-264.

GRZYBEK, P., CHLOSTA, C. (1993): «Grundlage der empirischen Sprichwortforschung», *Proverbium*, 10: 89-128.

MESCHONNIC, H. (1976): «Les proverbes, actes de discours», *Revue des Sciences Humaines*, 163: 419-430.

MIEDER, W. (ed.) (1975): *Selected Writings on Proverbs*, Academia Scientiarum Fennica, Helsinki (Communications, 216).

MIEDER, W. (ed.) (1979 = 1987): *Deutsche Sprichwörter und Redensarten (für die Sekundarstufe)*. Stuttgart (Arbeitstexte für den Unterricht): Philipp Reclam Jun. 2ª edição.

MIEDER, W. (1992), *Sprichwort - Wahrwort!? Studien zur Geschichte, Bedeutung und Funktion deutscher Sprichwörter*. Frankfurt am Main, Berlin, Bern: Peter Lang.

MIEDER, W.; DUNDES, A. (eds.) (1981): *The Wisdom of Many - essays on the proverb*. New York, London: Garland Publishing, Inc.

PERMIAKOV, G. L. (1985): *300 allgemeingebräuchliche russische Sprichwörter und sprichwörtliche Redensarten*. Leipzig: Moscovo.

PILZ, K. D. (1981): *Phraseologie – Redensartenforschung*. Stuttgart: Metzler.

SCHMIDT-RADEFELDT, J. (1984): «Descrição semântica e funções semanfóricas do provérbio», *in* José Herculano de Carvalho e Jürgen Schmidt-Radefeldt (eds.), *Estudos de Linguística Portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 213-233.

SINGER, S. (1944-47): *Sprichwörter des Mittelalters*. Bern: Herbert Lang, Volumes I-III.

Abreviaturas das fontes do *corpus* apresentado

AE = Semanário micaelense "Atlântico Expresso"

AO = Jornal micaelense "Açoriano Oriental"

CA = Jornal micaelense "Correio dos Açores"